

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS

Anexo I – Termo de Referência – Retificado

PROCESSO nº 23343.001509.2019-11

Pregão Eletrônico nº 06/2019

1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 O presente Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 06/2019 é o documento hábil para qualificar, quantificar e especificar tecnicamente as aquisições a que se destinam o certame. Sua redação encontra respaldo e obrigatoriedade na Lei nº 10.520, de 19 de julho de 2002, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, nos Decretos, nº 5.450/2005, nº 8.538/2015, na Lei nº 8.078/1990, na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro 2006 e outros diplomas legais pertinentes ao objeto licitado, ressaltando que este é um rol exemplificativo e que o instrumento convocatório vincula todos os participantes do certame, que aceitam suas disposições.

2 OBJETO

2.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de envelopes do tipo *starlock* de modo a atender a logística do vestibular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), com inclusão de todo material necessário e prévio fornecimento de amostras, quando necessário for. E, conforme lista abaixo:

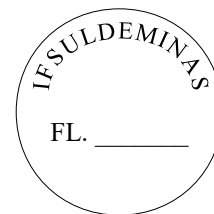
ITEM: 01

CATMAT: 150881

Tipo: Material

Descrição: ENVELOPE, ENVELOPE

Envelopes de segurança (nível 8), modelo Starlock, confeccionados em filme de polietileno, coextrusados em três camadas de alta resistência ao rasgo e punctura, 100% opaco, branco externamente e preto internamente. Envelopes com fechos de segurança fabricados em



polietileno, constituídos de pinos e cápsulas, onde os mesmos se encaixam proporcionando o fechamento seguro dos envelopes, tornando-os invioláveis. Envelopes com espessura de 65 micras por parede, tarja de segurança, nas medidas 314x408mm, personalizados em 01 cor (preto), pelo processo de flexografia. Referência: Marca Safelock, modelo SL-31 ou similar.

Quantidade 5.000 **Unidade** de **Unidade**

: **fornecimento:**

Local de Vide Tabela

Entrega:

	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Estimado	R\$ 1,94	R\$ 9.700,00

Local de entrega	Quantidade
IFSULDEMINAS – Reitoria	5.000

3 DISPOSIÇÕES INICIAIS

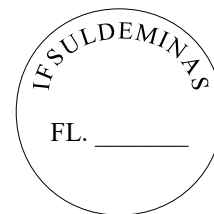
3.1 Muitas vezes o sistema (SIDEC) através do qual são lançados os produtos constantes neste Termo de Referência para disponibilizar inclusão da proposta por parte dos fornecedores não possui descrição compatível com as do produto a serem adquiridos e por isso são registrados utilizando-se sinônimos, genéricos ou similares. **Deve ser considerada sempre a descrição completa dos produtos, constante neste Termo de Referência.**

3.2 A Cotação de preços unitários e totais, em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 casas decimais após a vírgula (ex. R\$ 0,01), observando-se as especificações necessárias indicadas no Anexo I, presumindo-se estarem inclusos os encargos que incidem ou venham a incidir sobre o objeto licitado, **incluindo todas as despesas que influenciam no custo, tais como: impostos, taxas, transportes, entrega no local, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.**

3.3 Não serão aceitos itens que tenham em sua descrição incompatível com o objeto licitado.

3.4 O Pregoeiro poderá solicitar que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **05 (cinco) dias úteis** contados da solicitação.

4 FUNDAMENTO LEGAL



4.1 A aquisição dos produtos, objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal nas Leis nº 8.666/1993, 10.520/2002 e 8.078/1990, na Lei Complementar nº 123/2006 e nos Decretos nº 5.450/2005 e nº 8.538/2015, e demais dispositivos legais e infralegais pertinentes ao objeto licitado, ressaltando que este é um rol exemplificativo e que o instrumento convocatório vincula todos os participantes do certame, que aceitam suas disposições.

5 JUSTIFICATIVA

5.1 Quais os motivos que geraram a necessidade da aquisição ou contratação?

A instituição promove o ingresso dos discentes por meio de prova de vestibular, duas vezes ao ano, que deve ser um processo sigiloso, inviolável e idôneo. Para garantir a inviolabilidade, idoneidade e sigilo das provas, elas são acondicionadas para transporte da Reitoria aos locais de prova nos envelopes Safelock, antes da aplicação. Após a aplicação, as folhas de resposta e eventuais redações são acondicionadas em envelopes para a devolução.

Os envelopes também são utilizados para os processos seletivos de pós-graduação, mestrados, concursos, dentre outros.

5.2 Quais os objetivos, metas e benefícios a serem atendidos?

O objetivo da aquisição é manter a inviolabilidade e sigilo das provas, prezando assim pela qualidade e impessoalidade na seleção dos candidatos.

5.3 Justifique os quantitativos solicitados?

Anualmente, apenas para vestibulares dos cursos técnicos, são utilizados 238 envelopes para transportar as provas na ida mais 238 na volta, totalizando 476 unidade. Além dos vestibulares para cursos técnicos, a quantidade requisitada busca atender também aos processos seletivos de pós-graduação, mestrados, concursos e, caso voltem a ser aplicadas, provas para ingresso nos cursos de nível superior.

5.4 Quais os impactos do não atendimento?

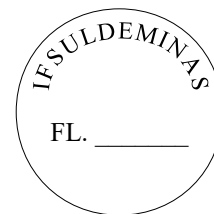
Caso a demanda não seja atendida, a inviolabilidade das provas não pode ser garantida e a qualidade dos processos seletivos fica comprometida.

5.5 Foi considerado aspectos sustentáveis na solicitação?

Para o caso em tela não há aspectos sustentáveis.

5.6 Justifique a ampla participação?

De acordo com o disposto no art. 49, III da Lei Complementar nº 123/2006, não se justifica a



participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte - ME/EPP, conforme justifica no OFÍCIO 69/2019 – DAE/PROEN/RET/IFSULDEMINAS do Setor requisitante, que na qual informa que a principal empresa fabricante do objeto não é uma empresa ME/EPP, e caso seja aplicado a exclusividade, poderá haver majoração dos preços e consequentemente prejuízo para a administração pública, bem como o valor referencial da proposta é o menor valor consultado, conforme disposto no Art. 2º, §2º da Instrução Normativa 5/2014 da SLTI/MPOG.

6 VALOR DE REFERÊNCIA GLOBAL ESTIMADO

6.1 Está estimado o custo total de **R\$ 9.700,00 (nove mil e setecentos reais).**

6.2 O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e/ou mediante consulta ao Sistema Painel de Preços do Governo Federal, conforme o caso.

7 DO LOCAL E CONDIÇÕES PARA ENTREGA

7.1 A entrega dos serviços e/ou materiais deverá ser realizada da seguinte endereço:

7.1.1 Reitoria do IFSULDEMINAS, situado na Avenida Vicente Simões, nº 1.111 – Nova Pouso Alegre, CEP: 37.553-465, Pouso Alegre – MG – Fone: (35) 3449-6150.

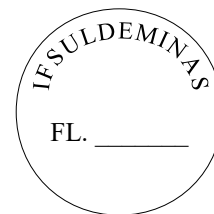
7.2 O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho e/ou da Ordem de Fornecimento no e-mail cadastrado no SICAF da empresa contemplada, conforme este Termo de Referência.

7.3 Somente serão aceitos itens novos, embalados e em perfeito estado de conservação.

8 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 Os recursos para pagamento das despesas decorrentes do presente processo correrão por conta da dotação: Natureza de Despesa 339030.16, PTRES 108839, Fonte de Recurso 8100000000 e PI V20RLP01MCN.

9 RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO



9.1 Os bens serão recebidos:

9.1.1 Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

9.1.2 Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório.

9.1.3 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.1.4 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos materiais em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

9.1.5 O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TCU as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90.

9.1.6 O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

9.1.7 O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

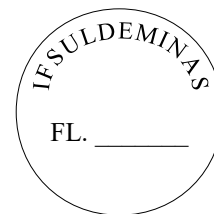
10 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com os termos de sua proposta.

10.2 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução da demanda, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

10.3 Pagar à Contratada o valor resultante da proposta, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.4 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n.



5/2017.

10.5 Fornecer por escrito as informações necessárias sobre a entrega do objeto da contratação.

10.6 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

11.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Administração, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.4 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

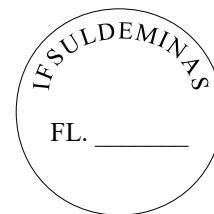
11.5 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.7 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.8 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal.

12 PAGAMENTO



12.1 O pagamento será feito pelo Setor Financeiro, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária, e ocorrerá nos seguintes prazos:

12.1.1 Até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data do atesto pelo servidor e/ou fiscal, designado pela Administração, da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada; e

12.1.2 Caso a parcela não atinja o valor determinado na legislação, o prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis, de acordo com o § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/93: “Observado o disposto no caput, os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, sem prejuízo do que dispõe seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.”

12.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

12.3 O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

12.4 O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

12.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.6 Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta on-line ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

12.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Lei nº 9.430, de 1996.

12.8 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada

pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

12.9 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

12.10 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.11 A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

12.12 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$I = \frac{(6 / 100)}{365}$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

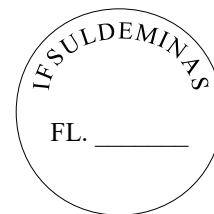
VP = Valor da Parcela em atraso.

13 DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1 Conforme preceitua o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil, incerta ou impossível reparação.

14 ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

14.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pelos Requisitantes, auxiliados pela



Coordenadoria Geral de Contratação Públicas, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração, sendo submetido à consideração e aprovação das autoridades competentes.

Pouso Alegre – MG, 27 de junho de 2019.

Lindolfo Ribeiro da Siva Júnior
Diretor de Assuntos Estudantis

Giovane José da Silva
Pró-Reitor de Ensino

De acordo:

Honório José de Moraes Neto
Pró-Reitor de Administração

Aprovo:

Marcelo Bregagnoli
Reitor